



PREGÃO ELETRÔNICO Nº 07/2012 - FECILCAM

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 07/2012

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

PROCESSO Nº 16.875/2012-FECILCAM

1. PREÂMBULO

1.1 A Faculdade Estadual de Ciências e Letras de Campo Mourão – FECILCAM, por meio da utilização de recursos de tecnologia da informação-INTERNET, torna público que, de acordo com a Lei Estadual n. 15.608/07, subsidiariamente as Lei Federal 8666/93 e Decretos 10.520/02, e suas alterações e os Decretos nº 5450/05 5.504/05, Lei complementar 123/06 e demais legislações aplicáveis, nas condições fixadas neste edital e seus anexos, realizará processo licitatório na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, no tipo, **MENOR PREÇO POR LOTE, objetivando a seleção de propostas visando registro de preços para prestação de serviços futuras de impressão gráfica, arte, diagramação e correção da língua portuguesa a fim de atenderem a demanda anual do Núcleo de Pesquisa Multidisciplinar da FECILCAM – NUPEM e aquisição imediata de livros e caixas.**

1.2. O Pregão Eletrônico será realizado na **Data da Abertura 10/09/2012, às 10hs e disputa no dia 10/09/2012, às 15hs**, em sessão pública, por meio da *INTERNET*, mediante condições de segurança - criptografia e autenticação - em todas as suas fases.

1.3. Os trabalhos serão conduzidos por funcionário da FECILCAM, denominado Pregoeiro, Sr. Sérgio Luiz Nascimento, portador do CPF n. 662.403.959-00, nomeado pela portaria nº 146/2012 em 18/06/2012, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para o aplicativo “Licitações” constante da página eletrônica do Banco do Brasil S.A.

2. OBJETO

2.1 – Registro de preços para prestação de serviços futuros de impressão gráfica, arte, diagramação e correção da língua portuguesa e de abstract e aquisição imediata de serviços de impressão confecção de livros e caixas, de acordo com as especificações constantes no ANEXO I do presente edital.

2.2 - Valor máximo estimado para esta licitação: R\$ 37.842,00 (trinta e sete mil, oitocentos e quarenta e dois reais).

2.3 LOCAL DE ENTREGA: Faculdade Estadual de Ciências e Letras de Campo Mourão – FECILCAM, situada na Avenida Comendador Norberto Marcondes, 733, centro – CEP: 87.303-100 – Campo Mourão – Paraná.

2.4. Condições de pagamento: até 10 (dez) dias úteis, após o regular recebimento do produto.

2.5. As propostas oferecidas pelas proponentes neste certame terão validade de 60 (sessenta) dias, contados a partir da data de sua abertura.



PREGÃO ELETRÔNICO Nº 07/2012 - FECILCAM

2.6. Prazo de vigência: os preços registrados terão validade de 12 (doze) meses, contados da publicação da Ata de Registro de Preços no Diário Oficial do Estado.

2.7 A FECILCAM não se obriga a adquirir o objeto registrado da licitante vencedora, podendo até realizar licitação específica para aquisição do presente objeto, hipótese em que, o beneficiário do registro terá preferência de fornecimento em igualdade de condições.

3. FORMALIZAÇÃO DE CONSULTAS

3.1 Observado o prazo legal, o fornecedor poderá formular consultas por e-mail: nascimento68@yahoo.com.br / cgrigoli@gmail.com eder.rogerio@fecilcam.br Fone:44-3518-1880 ou fax 044.3518.1828, informando o número da licitação.

4 -.DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

45.46.0008.2219.0008-3390.3924 – diversas fontes

5 - CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO / MICRO-EMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE.

5.1 - Poderão participar do presente certame todos os interessados do ramo de atividade que preenchem as condições exigidas neste edital.

5.1.1 – Condições Especiais para Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, conforme itens 10.2 deste edital.

5.2 - Estarão impedidos de participar de qualquer fase do processo, os licitantes que se enquadrem em uma ou mais das situações a seguir:

- a) Licitantes declarados inidôneos para licitar junto a qualquer órgão ou entidade da Administração Direta ou Indireta no âmbito Federal, Estadual e Municipal, sob pena de incidir no previsto no parágrafo único do art. 97 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações;
- a) Estejam em situação de inidoneidade para licitar junto a qualquer órgão ou entidade da Administração Direta ou Indireta no âmbito Federal, Estadual e Municipal, sob pena de incidir no previsto no parágrafo único art.97 da Lei 8666/93;
- b) Estejam sob falência, concordata, dissoluções ou liquidações;
- c) Empresas que estejam constituídas sob a forma de consórcio, ou qualquer outra associação, que demonstre a transferência de benefício sejam eles tributários. financeiros ou não;
- d) Empresas que tenham como sócio(s) servidor(es) ou dirigente(s) de qualquer esfera governamental da Administração Federal, Estadual ou Municipal;
- e) Estejam em situação irregular perante as Fazendas: Federal, Estadual, Municipal, INSS e FGTS.



PREGÃO ELETRÔNICO Nº 07/2012 - FECILCAM

6 - DA DOCUMENTAÇÃO

6.1 – Ao licitante classificado em primeiro lugar caberá a apresentação, dentro de no **máximo 24 (vinte quatro horas) horas via fax**, dos documentos listados no Anexo II deste Edital, com posterior encaminhamento dos documentos originais ou fotocópias autenticadas. Os documentos originais ou fotocópias autenticadas **deverão chegar** ao endereço constante do preâmbulo deste Edital, sob pena de desclassificação da proposta, além das demais penalidades previstas neste Edital, no prazo **máximo de 02 (dois) dias úteis posteriores à data do encerramento da Sessão Pública do Pregão Eletrônico**, independente de comunicação do (a) Pregoeiro (a), sob pena de não o fazendo, acarretar a possibilidade de desclassificação de sua proposta, além das demais penalidades previstas neste Edital.

6.1.1 - O (a) Pregoeiro (a) **poderá** solicitar na mesma sessão pública do Pregão Eletrônico a documentação da empresa classificada em **segundo e terceiro lugares**, e assim sucessivamente, para garantir a aquisição do objeto dentro das exigências do Edital.

6.1.1.1 - As empresas convocadas que não apresentarem a documentação estarão sujeitas às penalidades previstas neste Edital.

6.1.2 - No pressuposto de que todos os participantes estejam habilitados para a disputa do certame, o (a) Pregoeiro (a) **poderá**, a seu critério, dispensar a apresentação da documentação através de fax, solicitando o envio da documentação que integrará, definitivamente, o processo (cópias autenticadas), ao licitante vencedor de cada lote.

6.2 – CONDIÇÃO ESPECIAL PARA MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE

***** Apresentar toda a documentação mesmo com restrição para obter os benefícios da lei.**

6.2.1 - Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 2 (dois) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas, com efeito, de certidão negativa.

6.2.2 - A não-regularização da documentação, no prazo previsto no § 1º deste artigo, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

7 - DA CONDUÇÃO DO CERTAME PELA FECILCAM

7.1 - O certame será conduzido pelo (a) Pregoeiro (a), que terá, em especial, as seguintes atribuições:



PREGÃO ELETRÔNICO Nº 07/2012 - FECILCAM

- I – coordenar e conduzir os trabalhos da equipe de apoio;
- II - receber, examinar e decidir as impugnações ao edital;
- III - iniciar a sessão pública do pregão;
- IV – receber e examinar as credenciais e proceder ao credenciamento dos interessados;
- V – receber e examinar a declaração dos licitantes dando ciência da regularidade quanto às condições de habilitação;
- VI – receber os envelopes das propostas de preço e dos documentos de habilitação;
- VII – proceder à abertura dos envelopes das propostas de preço, ao seu exame e à classificação dos proponentes;
- VIII – conduzir a etapa competitiva dos lances;
- IX – proceder à classificação dos proponentes depois de encerrados os lances;
- X – indicar a proposta ou o lance de menor preço e a sua aceitabilidade;
- XI – proceder à abertura dos envelopes de habilitação dos licitantes que apresentaram as 03 (três) melhores propostas e verificar a regularidade das documentações apresentadas a fim de declarar o vencedor;
- XII – negociar diretamente com o proponente para que seja obtido preço melhor;
- XIII – adjudicar o objeto da licitação ao licitante da proposta de menor preço aceitável, desde que não tenha havido recurso;
- XIV – receber, examinar, instruir e decidir sobre os recursos e, quando mantida a sua decisão, encaminhar os autos à autoridade superior para deliberação;
- XV – elaborar, juntamente com a equipe de apoio, a ata da sessão do pregão;
- XVI – encaminhar o processo licitatório, devidamente instruído, após a sua conclusão, às autoridades competentes para a homologação e contratação.
- XVII – no julgamento da habilitação e das propostas poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, e diante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

8 - DO CREDENCIAMENTO DOS LICITANTES JUNTO AO BANCO DO BRASIL

8.1 - Para acesso ao sistema eletrônico, os interessados em participar do Pregão Eletrônico deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal (intransferíveis), obtidas junto às Agências do Banco do Brasil S.A., sediadas no País.

8.2 - As pessoas jurídicas ou firmas individuais deverão credenciar representantes, mediante a apresentação de procuração por instrumento público ou particular, com firma reconhecida, atribuindo poderes para formular lances de preços e praticar todos os demais atos e operações pertinentes à licitação em curso.

8.3 - Em sendo sócio (a), proprietário (a), dirigente (ou assemelhado) da empresa proponente, deverá apresentar cópia do respectivo Estatuto ou Contrato Social, no qual estejam expressos seus poderes para exercerem direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura.



PREGÃO ELETRÔNICO Nº 07/2012 - FECILCAM

8.4 - A chave de identificação e a senha terão validade de 01 (um) ano e poderão ser utilizadas em qualquer Pregão Eletrônico, salvo quando canceladas por solicitação do credenciado, ou por iniciativa da **FECILCAM**, devidamente justificada.

8.5 - É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo a FECILCAM, a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

8.6 - O credenciamento do fornecedor e de seu representante legal junto ao sistema eletrônico implica na responsabilidade legal pelos atos praticados e a capacidade técnica para realização das transações inerentes ao Pregão Eletrônico.

9 - PROCEDIMENTOS DA ABERTURA DAS PROPOSTAS. MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE.

9.1 - A partir da data e hora estabelecida, terá início à sessão pública do Pregão Eletrônico, com a divulgação das propostas de preços recebidas, passando o (a) Pregoeiro (a) a avaliar a aceitabilidade das mesmas.

9.1.1 - O licitante deverá **anexar** em campo específico do sistema que cumpre plenamente aos requisitos de habilitação exigidos no presente Edital.

9.1.2 – Condições Especiais para Microempresa e Empresa de Pequeno Porte.

9.1.2.1 – A declaração a que se refere o item **9.1.1**. As microempresas e empresas de pequeno porte deverão ser absolutamente claras quanto ao cumprimento das condições de habilitação, pois para obter o benefício da lei, o licitante deverá ater-se quanto às declarações falsas. Quando estiver com alguma restrição, deverá constar em sua declaração, quais as restrições existentes, **sob pena de falsidade ideológica**.

9.2 - Aberta à etapa competitiva, os representantes dos fornecedores deverão estar conectados ao sistema para participar da sessão de lances. Os fornecedores deverão acessar a Sala de Disputa por meio do banner que contém a seguinte expressão: Sala de Disputa – acesse aqui. O banner estará disponível na página inicial das Licitações-e, na área esquerda da tela.

9.3 – Todas as propostas classificadas serão consideradas lances na fase de disputas e ordenadas por valor, de forma decrescente. O fornecedor, ao acessar a sala de disputa, terá a visão do melhor lance ofertado na disputa, de seu lance e da relação de lances. O Sistema apresentará apenas o melhor lance (Lance Ofertado) de cada fornecedor. Para o fornecedor visualizar essas informações deverá clicar no botão “Detalhes Disputa”, que estará disponível no canto superior direito da tela, quando o lote estiver em disputa. O fornecedor poderá encaminhar lance com valor superior ao menor lance registrado, desde que seja inferior ao seu último lance ofertado e diferente de qualquer lance válido para o lote.

9.4 - Será desclassificado o lance que esteja em desacordo com a licitação (preço excessivo). Na tela será emitido um aviso e na seqüência o (a) pregoeiro (a) justificará o motivo da exclusão através de mensagem aos participantes.



PREGÃO ELETRÔNICO Nº 07/2012 - FECILCAM

9.5 - Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor para o mesmo licitante, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar e registrado no sistema.

9.6 - Durante o transcurso da sessão pública, os participantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado. Durante a disputa, o sistema não identificará o autor dos lances aos demais participantes.

9.7 - Na primeira etapa de lances (em disputa) da sessão pública, o tempo é previamente determinado e divulgado no sistema. Encerrada essa fase automaticamente entrará a Segunda fase, denominada tempo *Randômico* (tempo extra). Esse tempo é definido pelo sistema eletrônico, o qual pode variar de 0 (zero) a 30 (trinta) minutos, aleatoriamente. O Pregoeiro(a) não tem qualquer domínio sobre o tempo extra, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

9.8 - Facultativamente, o (a) Pregoeiro (a) poderá encerrar a sessão pública mediante encaminhamento de aviso de fechamento iminente dos lances e subsequente transcurso do prazo de trinta minutos, finda o qual será encerrada a recepção de lances. Neste caso, antes de anunciar o vencedor o (a) pregoeiro (a) poderá encaminhar pelo sistema eletrônico, contraposto diretamente ao proponente que tenha apresentado lance de menor preço, para que seja obtido preço melhor, bem como assim decidir sobre sua aceitação.

9.8.1 No caso de desconexão do pregoeiro, no decorrer da etapa de lances, se o sistema eletrônico permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

9.8.2 Quando a desconexão do pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão do pregão na forma eletrônica será suspensa e reiniciada somente após comunicação aos participantes, no endereço eletrônico utilizado para divulgação.

9.9 - O sistema informará a proposta de menor preço imediatamente após o encerramento da etapa de lances ou, quando for o caso, após negociação e decisão pelo (a) Pregoeiro (a) acerca da aceitação de menor valor.

9.9.1 – Encerrado as etapas de lances, o sistema fará a ordenação de forma automática da ordem de classificação e informará se há empate previsto na lei Federal Complementar nº 123/06.

9.9.2 – Em havendo empate previsto na lei Federal Complementar nº 123/06, será considerado o lance que foi registrado primeiramente pelo sistema, e imediatamente de será identificado o licitante para apresentar novo lance no prazo de cinco minutos no máximo, sob pena de perda do direito de ofertar lance de preço, e assim sucessivamente conforme prevê a Lei complementar 123/06.

9.10 - Ao final das etapas de lances e depois de declarado vencedor, o sistema permitirá que sejam enviadas mensagens pelos licitantes. Nesse momento, o pregoeiro abrirá um prazo de 24 horas para intenções de recurso. Caso seja interesse do licitante entrar com recurso, poderá manifestar em campo próprio do sistema, a intenção e justificando em síntese, o motivo pelo qual pretende interpor recurso, quando lhe será concedido o prazo



PREGÃO ELETRÔNICO Nº 07/2012 - FECILCAM

máximo de 3 dias para apresentar as referidas razões. O recurso deverá ser formalizado e enviado à FECILCAM para análise de suas argumentações. O próprio sistema controlará esse prazo, que será contado a partir do momento da manifestação feita em campo específico. Os participantes deverão acompanhar o processo on-line, pois os encaminhamentos serão dados todos via sistema do licitações-e.

9.11 - Cabe ao (à) Pregoeiro (a) examinar a manifestação de recurso pelo licitante e julgar procedente ou não. Caso proceda ou não, o (a) Pregoeiro (a) deverá deferi-lo ou indeferi-lo.

9.12 - Caso o (a) Pregoeiro (a) aceite a intenção do recurso, o fornecedor deverá protocolar o memorial de recurso ao protocolo geral da FECILCAM, no endereço constante do preâmbulo deste Edital, em nome do (a) Pregoeiro (a) condutor (a) da Sessão. Os (as) interessados (as), após a notificação do (a) Pregoeiro (a), ficam, desde logo, intimados (as) a apresentar contra-razões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do (a) recorrente. Somente serão aceitos para análise os memoriais de recurso que chegarem ao Protocolo Geral da fecilcam até às 17: 00h do 3º (terceiro) dia útil subsequente à Sessão Pública do referido Pregão Eletrônico.

9.13 - Encerrada a sessão pública, e declarado o vencedor, o (a) Pregoeiro (a) solicitará a empresa vencedora que envie os documentos solicitados no anexo II, que deverão ser remetidos por fax, de imediato, com posterior encaminhamento dos originais ou cópias autenticadas, no prazo fixado pelo (a) Pregoeiro (a).

9.14 - Se a proposta de menor valor não for aceitável, ou se o fornecedor desatender às exigências habilitatórias, o (a) Pregoeiro (a) examinará a proposta subsequente, verificando a sua compatibilidade e a habilitação do participante, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda o edital.

9.15 - Homologada a licitação pela autoridade competente, o adjudicatário será convocado para assinar o contrato ou comunicado para abertura de prazo de entrega do equipamento, no prazo e condições definidos neste Edital.

9.16 - No caso de não haver lances na “Sessão Pública”, valem os valores obtidos na etapa de “Abertura das Propostas” ou resultado de possível negociação.

9.17 - O acompanhamento dos resultados, recursos e atas pertinentes a este edital poderão ser consultados, preferencialmente no endereço: <https://www.licitacoes-e.com.br>.

10 - DAS PROPOSTAS / ENQUADRAMENTO PARA MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE.

10.1 O sistema de Pregão Eletrônico garante sigilo total das propostas apresentadas, nem o Pregoeiro tem acesso ao conteúdo das mesmas antes da data e horário estabelecido neste Edital. A inclusão das propostas pode ser feita a partir da publicação da licitação até antes da data/horário limite para Recebimento das propostas. Encaminhar as propostas nos últimos instantes do horário de entrega, pode significar risco de não conseguir digitá-la em tempo hábil e acabar perdendo a oportunidade de participar do Pregão Eletrônico. A proposta enviada antes da data/horário de entrega terá garantido o mesmo sigilo que aquela apresentada no último instante.



PREGÃO ELETRÔNICO Nº 07/2012 - FECILCAM

10.1.2 - Para o licitante que apresentar proposta para o presente processo, fica estabelecido o aceite das seguintes condições:

I - Que o prazo de **validade da proposta** não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias consecutivos da data da sessão de abertura desta licitação;

II - Que os **lances** formulados deverão indicar preço total **POR LOTE**, observando os preços máximos previstos no Anexo I deste Edital,

III - Que o **prazo de pagamento** é de até 15 (quinze) dias, após o recebimento e atesto da nota fiscal pelo setor de compras da FECILCAM

IV - Que a **entrega do objeto** licitado deve ser feita em até 15 (quinze) dias corridos, após a assinatura do Contrato ou, do recebimento da nota de empenho pela empresa.

V – É Indispensável constar na proposta o grau de nacionalidade do produto para atender o primeiro critério de desempate do certame, após o critério estabelecido na lei complementar 123/06.

VI - Que a proposta deverá ser elaborada considerando as condições estabelecidas neste edital e seus anexos, discriminando-se minuciosamente o objeto, citando marca, modelo, referência e código do fabricante se houver, ainda descrevendo detalhadamente as características técnicas, equipamentos e seus componentes complementares.

VII Para a apresentação da proposta, não será mais solicitada a impositação dos valores por item, mas sim por valor total do lote. É possível consultar todos os itens do lote clicando no botão “detalhar”.

VIII Incluídos os valores dos lotes e já identificado o tipo de empresa, o representante da empresa deverá marcar a declaração de conhecimento, preencher os dados do contato e clicar no botão “confirmar”.

IX Havendo mais de uma tela de lotes, a apresentação das propostas deve ser realizada e confirmada tela por tela. ATENÇÃO se não ocorrer a confirmação, as propostas não serão registradas. Após cada confirmação o sistema apresenta tela de recebimento, informando a quantidade de lotes para os quais NÃO foram apresentadas propostas.

X - Para o registro de propostas, será apresentado para o representante da empresa no máximo 5 (cinco) lotes por tela. O campo informações adicionais passa a ser disponibilizado por lote e não mais por item.

XI - Alteração de valores dos lotes: para alterar o valor de uma proposta, basta acessar a licitação e promover a alteração do valor registrado, incluindo novo valor e confirmar via botão “confirmar”.

XII - Inclusão de documentos: A inclusão de documentos para a licitação é realizada na tela de inclusão de propostas, por meio do botão “documentos”.



PREGÃO ELETRÔNICO Nº 07/2012 - FECILCAM

XIII - A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a ter mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

XIV - Nos preços propostos e nos lances que oferecer, já deverão estar incluídos todos os custos necessários para fornecimento do objeto desta licitação, bem como todos os impostos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros e quaisquer outros que incidam ou venham a incidir sobre o objeto licitado.

XV - O Pregoeiro reserva-se o direito de realizar diligências para instrução do processo sobre informações que não estejam claras, bem como de solicitar documentos complementares que julgar necessários para os respectivos esclarecimentos.

XVI - O licitante terá a possibilidade de saneamento de falhas, de complementação de insuficiências ou ainda de correções de caráter formal no curso do procedimento, desde que o licitante possa satisfazer as exigências dentro do prazo fixado para a apresentação da documentação prevista no item 6.1, nos prazos previstos o maior, com amparo legal do artigo 85 da lei 15.608/07;

10.2 – DAS DEFINIÇÕES DE MICROEMPRESA E DE EMPRESA DE PEQUENO PORTE –

10.2.1 - Da Definição de Microempresa e de Empresa de Pequeno Porte

“Art. 3º Para os efeitos desta Lei Complementar, consideram-se microempresas ou empresas de pequeno porte a sociedade empresária, a sociedade simples e o empresário a que se refere o art. 966 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, devidamente registrados no Registro de Empresas Mercantis ou no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, conforme o caso, desde que:

I – no caso das microempresas, o empresário, a pessoa jurídica, ou a ela equiparada, aufera, em cada ano-calendário, receita bruta igual ou inferior a R\$ 240.000,00 (duzentos e quarenta mil reais);

II – no caso das empresas de pequeno porte, o empresário, a pessoa jurídica, ou a ela equiparada, aufera, em cada ano-calendário, receita bruta superior a R\$ 240.000,00 (duzentos e quarenta mil reais) e igual ou inferior a R\$ 2.400.000,00 (dois milhões e quatrocentos mil reais).

§ 1º Considera-se receita bruta, para fins do disposto no caput deste artigo, o produto da venda de bens e serviços nas operações de conta própria, o preço dos serviços prestados e o resultado nas operações em conta alheia, não incluídas as vendas canceladas e os descontos incondicionais concedidos.

§ 2º No caso de início de atividade no próprio ano-calendário, o limite a que se refere o caput deste artigo será proporcional ao número de meses em que a microempresa ou a empresa de pequeno porte houver exercido atividade, inclusive as frações de meses.

§ 3º O enquadramento do empresário ou da sociedade simples ou empresária como microempresa ou empresa de pequeno porte bem como o seu desenquadramento não implicarão alteração, denúncia ou qualquer restrição em relação a contratos por elas anteriormente firmados.”



PREGÃO ELETRÔNICO Nº 07/2012 - FECILCAM

10.3 - Os tributos, emolumentos, contribuições sociais, fiscais e para-fiscais que sejam devidos em decorrência direta ou indireta na aquisição dos equipamentos, serão de exclusiva responsabilidade do contribuinte, assim definido na Norma Tributária. Não será aceita cobrança posterior de qualquer imposto, tributo ou assemelhado adicional, salvo se alterado ou criado após a data de abertura desta licitação e que venha expressamente a incidir sobre o objeto desta licitação, na forma da Lei.

10.4 - O licitante declara haver levado em conta, na apresentação de sua proposta, os custos, emolumentos, encargos, inclusive sociais, contribuições fiscais e para-fiscais, bem como os tributos incidentes sobre a compra dos produtos, não cabendo quaisquer reivindicações devidas a erros nessa avaliação, para efeito de solicitar revisão de preços por recolhimentos determinados pela autoridade competente.

10.5 - O proponente será responsável por quaisquer ônus decorrentes de marcas, registros e patentes relativas ao objeto cotado, pela garantia e pela execução de serviços de manutenção e assistência técnica indicado por ele, inclusive por peças e componentes fabricados por terceiros.

10.6 - É permitido aos proponentes oferecerem produtos com características técnicas superiores às solicitadas, neste caso deverá demonstrar tecnicamente a melhoria do equipamento, respeitado o limite estabelecido para o preço máximo do Lote.

10.7 - Após o encerramento da “Sessão Pública”, a empresa classificada em primeiro lugar deverá encaminhar por fax, em até 24 horas, a (s) planilha (s) com a especificação dos preços unitários dos equipamentos (**limitada a duas casas após a vírgula, sem arredondamento**) que compõem o lote, levando em conta o **item 10.1, inciso II** constando os valores da proposta inicial e da proposta final (preços corrigidos de acordo com os eventuais lances ocorridos durante a sessão).

10.7.1 - A não apresentação das planilhas e no prazo estabelecido ocasionará a desclassificação do licitante, sendo convocados por ordem de classificação os demais participantes do presente processo licitatório.

10.7.2 - Quando o lote disputado possuir apenas um item, os licitantes ficam dispensados da apresentação da planilha, considerando que fica evidenciado seu preço proposto e preço após a Sessão.

10.7.3 – Os preços unitários apresentados na planilha pelo proponente, não deverão ser superiores aos estipulados pela administração (ANEXO I).

10.7.4 O licitante arrematante DEVERÁ enviar, de acordo com o objeto licitado, junto com a proposta comercial, sendo facultativo o envio para o segundo e terceiro colocado:

a) Catálogos dos equipamentos cotados, sob pena de desclassificação;

b) Somente serão aceito catálogos emitidos pela internet se contiverem o endereço eletrônico para consulta;

Obs. Havendo dúvida em relação ao catálogo será efetuado consulta para verificação das informações contidas no catálogo.



PREGÃO ELETRÔNICO Nº 07/2012 - FECILCAM

c) Os catálogos ou manuais deverão ser apresentados:
c-1 - em língua portuguesa, ou com tradução juramentada para o português;

c-2 - ou, ainda, traduzidos para o português, acompanhados de declaração da empresa proponente, com firma reconhecida, de que, sob as penas da lei, responde civil, administrativa e criminalmente pela declaração e que a tradução apresentada é versão fiel do documento original em outro idioma, sob pena de desclassificação.

11 - DA ANÁLISE DA PROPOSTA / DA DOCUMENTAÇÃO

11.1 – Anexar declaração que atende os requisitos para habilitações documentais, anexas V.

11.1.1 – Condições especiais para Microempresa e Empresa de Pequeno porte.

As microempresa e empresa de pequeno porte deverão ser absolutamente explícitas quanto ao cumprimento das condições de habilitação, pois para obter o benefício da lei o licitante deverá ater-se quanto a declarações falsas. Quando estiver com alguma restrição, deverá constar em sua declaração, quais as restrições existentes, sob pena de falsidade ideológica.

11.2 - Se a proposta ou o lance de menor valor não for aceitável, ou se o licitante desatender às exigências habilitatórias, o (a) pregoeiro (a) examinará a proposta ou os lances subseqüentes, verificando a sua compatibilidade e a habilitação do (a) participante, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda o Edital. Também nessa etapa o (a) Pregoeiro (a) poderá negociar com o (a) participante para que seja obtido preço melhor.

11.2.1 - O Pregoeiro, observando-se o motivo do desatendimento das exigências habilitatórias, aplicará as penalidades previstas neste Edital.

11.3 - Constatando o atendimento das exigências fixadas neste Edital, o objeto será adjudicado ao (à) autor (a) da proposta ou lance de menor preço.

12 - DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO

12.1 – Para julgamento será adotado o critério de **MENOR PREÇO POR LOTE**, observadas as especificações técnicas definidas no Anexo I, bem como as condições exigidas **no item 10** do presente Edital.

12.2 - A seguir verificará a conformidade de cada proposta com os requisitos do edital e com os preços correntes no mercado ou fixados por órgão oficial competente, ou ainda com os constantes do sistema de registro de preços, os quais deverão ser devidamente registrados na ata de julgamento, promovendo-se a desclassificação das propostas desconformes ou incompatíveis;

12.3 - Procederá ao julgamento e classificação das propostas restantes, de acordo com os critérios de avaliação constantes do edital.



PREGÃO ELETRÔNICO Nº 07/2012 - FECILCAM

12.4 - Encerrada a fase de classificação das propostas ou o oferecimento de lances, será feita a classificação das empresas que se enquadram na Lei Complementar nº 123/06, e com isso se verificará o vencedor do certame, deverá entregar o envelope com os documentos de habilitação do licitante mais bem classificado (dos concorrentes classificados nos três primeiros lugares);

12.4.1 - Em havendo empate previsto na lei Federal Complementar nº 123/06, será considerado o lance que foi registrado primeiramente pelo sistema dentre as microempresas e pequenas empresas, imediatamente de será identificado o licitante para apresentar novo lance no prazo de cinco minutos no máximo, sob pena de perda do direito de ofertar lance de preço, e assim sucessivamente conforme prevê a Lei complementar 123/06, conforme prevê o **item 9.9.2**.

12.4.2 - na hipótese da não-contratação nos termos previstos no caput deste artigo, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

12.4.3 - o disposto da lei complementar 123/06 somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.

12.4.4 - no caso de pregão, a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada será convocada para apresentar nova proposta no prazo máximo de 5 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão.

12.4.5 - Será adjudicado o objeto da licitação à empresa que apresentar proposta, e posteriores lances, e depois disso, esgotadas as possibilidades de empate e desempate previstos na lei complementar 123/06, resultar no menor preço por lote,

12.5 - verificado o atendimento das exigências do edital, o licitante será declarado vencedor;

12.6 - inabilitado o licitante melhor classificado, serão analisados os documentos habilitatórios do licitante com a proposta classificada em 2º (segundo) lugar, e assim, sucessivamente, até que um licitante classificado atenda às condições fixadas no edital;

12.7 - proclamado o resultado final do certame, o objeto será adjudicado ao vencedor;

12.8 - poderá a comissão optar pela suspensão dos trabalhos para análise mais acurada, se assim entender necessário.

13 - DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E RECURSOS

13.1 - Não serão conhecidos as impugnações e os recursos apresentados fora do prazo legal e/ou subscritos por representante não habilitado (a) legalmente, ou não identificado (a) no processo para responder pelo (a) proponente.

13.2 - A falta de manifestação imediata e motivada, durante o prazo previsto em lei tempo que a sala fica aberta para o envio de mensagens, importará na preclusão do direito de recurso.



PREGÃO ELETRÔNICO Nº 07/2012 - FECILCAM

13.3 - Não será concedido prazo para recursos sobre assuntos meramente protelatórios ou quando não justificada a intenção de interpor o recurso pelo (a) proponente.

13.4 - Os recursos contra decisões do pregoeiro não terão efeito suspensivo.

13.5 - O acolhimento de recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

14. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

14.1. Uma vez homologado o resultado desta Licitação, para a formalização da Ata de Registro de Preços, a proponente vencedora deverá observar o seguinte:

a) A Pró-Diretoria de Gestão da FECILCAM, enviará a Ata de Registro de Preços empresa, em arquivo com a extensão "PDF" (documento gerado no programa Adobe Acrobat®), por meio de correspondência eletrônica (e-mail), com solicitação de confirmação eletrônica do recebimento;

b) A empresa deverá verificar seus dados constantes do documento, comunicando imediatamente à Pró-Diretoria de Gestão da FECILCAM caso haja necessidade de correção;

c) Estando corretos os dados constantes do documento, a empresa deverá fazer a impressão da Ata de Registro de Preços em 3 (três) vias, providenciar a(s) assinatura(s) em todas as vias e postá-las por via SEDEX para devolução à Pró-Diretoria de Gestão da FECILCAM no prazo máximo de 3 (três) dias úteis, contados da data do recebimento do e-mail;

d) Caso a empresa seja sediada ou possua representante na Região de Campo Mourão, poderá, também no prazo máximo de 3 (três) dias úteis, entregar as vias assinadas nas dependências da Pró-Diretoria de Gestão, mediante protocolo de recebimento.

14.1.1. A comunicação de que trata a alínea "b" deverá ser feita por escrito e enviada por meio de correspondência eletrônica, facsímile, ou ainda por protocolo do documento na própria Pró-Diretoria de Gestão da FECILCAM.

14.1.2. A não devolução das vias assinadas no prazo estabelecido nas alíneas "c" e "d" sujeitará a proponente vencedora à preclusão do direito à contratação, bem como à multa correspondente a 20% (vinte por cento) do valor total do contrato, além da sanção prevista no Art. 154, inciso I, da Lei Estadual nº 15.608/2007, sem prejuízo das demais cominações legais pertinentes à matéria, especialmente perdas e danos.

14.2. Caso a proponente vencedora esteja em débito ou apresente alguma irregularidade cadastral junto à Secretaria de Fazenda do Estado do Paraná, as Notas de Empenho não poderão ser liberadas e, de conseqüência, a Ata de Registro de Preços não terá eficácia.



PREGÃO ELETRÔNICO Nº 07/2012 - FECILCAM

14.2.1. A restrição prevista neste item estende-se à(s) proponente(s) sediada(s) em outros Estados da Federação, que possuam filial no Estado do Paraná, em situação irregular com a Secretaria de Fazenda do Estado do Paraná.

14.3. Para possibilitar a liberação das Notas de Empenho, a proponente será notificada pela Pró-Diretoria de Gestão da FECILCAM para que, no prazo máximo de 10 (dez) dias, proceda a regularização de suas pendências junto à Receita Estadual do Paraná.

14.4. Decorrido o prazo de 10 (dez) dias, e verificada pela Pró-Diretoria de Gestão da FECILCAM, a continuidade da pendência, a empresa decairá do direito à contratação com a Faculdade e ficará sujeita às sanções administrativas cabíveis.

14.5. Se a proponente não providenciar a assinatura da Ata de Registro de Preços no prazo indicado no subitem **14.1**, ou não regularizar suas pendências conforme previsto no subitem **14.3**, assistirá à faculdade o direito de convocar a(s) proponente(s) remanescente(s), na ordem de classificação, para registrar seu(s) preço(s), ou revogar a Licitação.

15 - DA ENTREGA

15.1. De acordo com as necessidades e respeitados os limites máximos estabelecidos no edital e a ordem de classificação das propostas, a Pró-Diretoria de Gestão da FECILCAM, solicitará a fornecedora classificada em primeiro lugar dentro do prazo de validade do registro de preços, os quantitativos dos materiais licitados, por meio da emissão de ordem de contratação/nota e empenho.

15.2. A(s) aquisição(ões) do(s) produto(s) será(ão) precedida(s) da emissão pela Faculdade Estadual de Ciências e Letras de Campo Mourão - FECILCAM da Ordem de Contratação/Nota de Empenho, discriminado o item em nome da proponente classificada em primeiro lugar, relacionando-se o objeto pretendido na sua quantidade, bem como o respectivo preço registrado, devendo a entrega ser efetuada conforme estabelecido na Ata de Registro de Preços.

15.3. Somente poderá ser fornecido o objeto registrado que tenha sido solicitado pela FECILCAM por meio de nota de empenho.

15.4. O objeto solicitado deverá ser entregue acompanhado de nota fiscal, dele constando os valores unitário e total, número da nota de empenho e as quantidades.

15.5. O produto deverá ser entregue no Almoxarifado (SETOR DE COMPRAS) da FECILCAM, localizado a Av. Comendador Norberto Marcondes, 733, na cidade de Campo Mourão – Paraná.

15.6. A fornecedora ficará obrigada a atender a todas as Notas de Empenho emitidas durante a vigência da Ata de Registro de Preços, mesmo se a entrega dos produtos dela decorrente for prevista para data posterior ao seu vencimento.

15.7. Caso a quantidade e/ou qualidade dos produtos entregues não corresponderem ao exigido no Edital o mesmo será rejeitado e solicitado a fornecedora a sua substituição em



PREGÃO ELETRÔNICO Nº 07/2012 - FECILCAM

até 05 (cinco) dias úteis, sob pena de aplicação das penalidades, a critério da Administração.

15.8. Caso a licitante vencedora esteja em débito ou apresente alguma irregularidade cadastral junto à Secretaria de Fazenda do Estado do Paraná, as Notas de Empenhos não poderão ser liberadas.

15.8.1. A restrição prevista neste subitem estende-se à(s) proponente(s) sediada(s) em outros Estados da Federação, que possuam filial no Estado do Paraná, em situação irregular com a Secretaria de Fazenda do Estado do Paraná.

15.9. Para possibilitar a liberação da(s) Nota(s) de Empenho(s), a licitante será comunicada pela Pró-Diretoria de Gestão da FECILCAM, para que, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, proceda à regularização de suas pendências junto à Receita Estadual do Paraná.

15.10. Decorrido o prazo de 10 (dez) dias úteis, e verificado pela Pró-Diretoria de Gestão da FECILCAM, a continuidade da pendência, a empresa decairá do direito à contratação, sofrerá o cancelamento do registro de preço e serão aplicadas as penalidades cabíveis, sem prejuízo do exercício do contraditório e ampla defesa.

15.11. Caso a fornecedora não compareça para retirar a nota de empenho ou não regularize suas pendências conforme previsto no **subitem 15.9**, a FECILCAM poderá convocar as demais fornecedoras que tenham os seus preços registrados, obedecendo a ordem de classificação, e propor a contratação do fornecimento dos materiais registrados pelos preços apresentados pela primeira colocada.

15.11.1. Na hipótese de a fornecedora não aceitar as condições da primeira colocada será verificado se os preços encontram-se compatíveis com a média de mercado.

15.12. Caso a fornecedora registrada na Ata não compareça para retirar a nota de empenho no prazo estabelecido pela Administração ou não regularize suas pendências conforme disposto no **subitem 15.10**, terá seu registro cancelado, sendo o cancelamento do seu registro realizado por despacho da autoridade competente, assegurados o contraditório e a ampla defesa. Além disto, incorrerá em multa correspondente a 20% (vinte por cento) do valor do empenho, bem como em demais sanções previstas na Lei Estadual nº 15.608/07 que serão aplicadas após a instauração do devido processo administrativo.

15.12.1. Todavia quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e a fornecedora, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, poderá a Administração liberá-lo do compromisso sem aplicação de penalidade após verificação da veracidade dos motivos e comprovantes apresentados e convocar as demais fornecedoras visando igual oportunidade de negociação.

16- DA FORMA DE RECEBIMENTO

16.1. O recebimento do objeto será efetuado pelo almoxarifado da FECILCAM (Setor de Compras).



PREGÃO ELETRÔNICO Nº 07/2012 - FECILCAM

16.1.1. A empresa fornecedora somente poderá emitir Nota Fiscal após a emissão da Nota de Empenho respectiva.

16.1.2. Por ocasião do faturamento, a fornecedora deverá demonstrar em nota fiscal os valores pertinentes aos produtos.

16.2. A fornecedora assumirá integral responsabilidade pelos danos que causar a FECILCAM, ou a terceiros, por si ou pelos seus sucessores e ou prepostos, na execução do objeto da presente licitação, isentando a faculdade de qualquer reclamação que possa surgir em decorrência dos mesmos, inclusive às de natureza fiscal, civil e previdenciária.

16.3. Os produtos somente serão recebidos desde que acompanhados do documento fiscal competente, emitido com os valores indicados na(s) Nota(s) de Empenho(s), após feita a conferência e constatação de que se encontram de acordo com as especificações e normas técnicas, sendo que a correção deverá ser efetuada imediatamente, sem qualquer ônus para a FECILCAM, ficando, ainda, garantido o direito ao ressarcimento de eventuais prejuízos que o fato ocasionar.

16.4. A FECILCAM reserva-se o direito de recusar todo e qualquer produto, caso tenha sido entregue com as especificações diferentes das contidas no Edital, seus anexos ou na proposta.

16.5. Observado o prazo de entrega previsto no instrumento convocatório, a fornecedora fará a entrega dos produtos nos locais indicados (quando for o caso).

16.6. A fiscalização e recebimento dos produtos durante o prazo de execução ficarão sob a responsabilidade do Professor Frank Antônio Mezzomo, Pró-Diretor de Ensino, Pesquisa, Extensão e Cultura que, ao verificar o descumprimento da Ata, comunicará o fato por escrito à Pró-Diretoria de Gestão da FECILCAM.

16.7. A Administração desta Ata ficará sob a responsabilidade do Pró-Diretor de Gestão da FECILCAM, Senhor Éder Rogério Stela, ou outros profissionais que eventualmente venham a substituí-los na função, que, ao verificar o descumprimento da Ata, tomarão as providências cabíveis.

17 - DO PAGAMENTO

17.1 - O pagamento será encaminhado de imediato tão logo à empresa apresente as respectivas faturas/notas fiscais, devidamente atestadas pelo recebedor dos bens.

17.2 Constatando o CONTRATANTE qualquer divergência ou irregularidade na nota fiscal, esta será devolvida à CONTRATADA para as devidas correções.

17.3 A Nota Fiscal deverá ser emitida considerando os seguintes dados:
Razão Social: Faculdade Estadual de Ciências e Letras de Campo Mourão - Endereço: Av. Comendador Norberto Marcondes, 733 – Centro – Campo Mourão – PR.

18 - DAS PENALIDADES



PREGÃO ELETRÔNICO Nº 07/2012 - FECILCAM

18.1 – O licitante que ensejar o retardamento da execução do certame, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar no fornecimento do objeto adquirido, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade (art.150 da lei 15.608/07).

18.2 – Em caso de atraso injustificado no cumprimento da entrega dos produtos, bem como por inadimplemento das cláusulas contratuais, poderá ser aplicada à contratada multa moratória de valor equivalente a 0,2% (zero virgula dois por cento), sobre o valor do produto não entregue, por dia de atraso, até o 10º (décimo) dia, limitada a 2% do valor total relativo, corrigido monetariamente até o adimplemento da obrigação pactuada.

18.3– O atraso superior a 10 (dez) dias corridos, bem como o descumprimento de cláusulas e condições do Contrato, configurará inadimplência da Contratada.

18.4 - Pela inexecução total ou parcial do contrato ou instrumento equivalente e pelo descumprimento das normas e legislações pertinentes à execução do objeto contratual que acarrete a rescisão do contrato ou instrumento equivalente, A FECILCAM, poderá, ainda, garantida a prévia defesa, aplicar à empresa contratada as sanções previstas no art. 150 da Lei n.º 15.608/07, sendo que em caso de multa esta corresponderá a 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato.

18.5 - A aplicação das sanções administrativas não exclui a responsabilização do licitante por eventuais perdas ou danos causada A FECILCAM.

18.6- Comprovado que o bem fornecido não corresponde às especificações constantes na proposta, será o mesmo devolvido ao contratado, obrigando-se este a substituí-lo no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, sem qualquer ônus para a Administração e sem prejuízo das sanções previstas no presente edital.

18.7 - As sanções administrativas previstas neste item **16** serão aplicadas sem prejuízo das cominações impostas na Lei nº 15.608/07.

18.8 – Homologado o objeto da presente licitação, A FECILCAM, convocará os adjudicatários para assinarem o termo de contrato em até 03 (três) dias úteis, conforme minuta, sob pena de decair do seu direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 154 da Lei nº 15.608/07.

18.9 – A FECILCAM, poderá quando o adjudicatário não assinar o contrato no prazo e condições estabelecidos neste Edital, convocar os proponentes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo, de conformidade com o presente ato convocatório, **ou** revogar a licitação, independentemente da cominação prevista no art. 154 da lei 15.608/07.

19. DA ALTERAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS



PREGÃO ELETRÔNICO Nº 07/2012 - FECILCAM

19.1. O preço registrado poderá ser revisto, a pedido da fornecedora ou por iniciativa da Administração, em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve os preços dos bens registrados.

19.2. Os preços registrados, quando sujeitos ao controle oficial, poderão ser atualizados nos termos e prazos fixados pelo órgão controlador.

19.3. Quando o preço inicialmente registrado por motivo superveniente, tornar se superior ao praticado no mercado, a FECILCAM tomará as seguintes providências:

I. convocará a fornecedora visando à negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado no mercado;

II. liberará a fornecedora do compromisso assumido, na hipótese em que resultar frustrada a negociação, cancelando-se o registro;

III. convocará as demais fornecedoras visando igual oportunidade de negociação.

19.4. Não havendo êxito nas negociações, a Ata de Registro de Preços será revogada e serão adotadas as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

19.5. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices de preços ou tabelas oficiais e/ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela Administração.

19.6. Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridos após a apresentação das propostas, de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão na revisão destes para mais ou para menos, conforme o caso.

19.7. A alteração ou revisão dos preços registrados em Ata não implica na revisão dos preços dos contratos decorrentes do respectivo Registro de Preços, a qual dependerá de requerimento formal do interessado, quando visar recompor o preço que se tornou insuficiente, instruído com a documentação que comprove o desequilíbrio econômico-financeiro do contrato, devendo ser instaurado pela própria Administração quando colimar recompor o preço que se tornou excessivo.

20. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

20.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso do prazo de vigência ou quando não restarem fornecedoras registradas.

20.2. Assegurado o contraditório e ampla defesa, a Ata de Registro de Preços será cancelada, com prévia autorização da autoridade competente, nos casos em que a fornecedora:

I. não cumprir as exigências contidas no Edital ou na Ata de Registro de Preços, a que estiver vinculado;



PREGÃO ELETRÔNICO Nº 07/2012 - FECILCAM

II. não retirar a respectiva nota de empenho e/ou não formalizar o contrato decorrente do Registro de Preços, no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;

III. enquadrar-se nas hipóteses de inexecução total ou parcial do instrumento de ajuste decorrente do Registro de Preços estabelecido no art. 128 e seguintes da Lei n.º 15.608 de 16/08/2007;

IV. estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a Administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a Administração Pública.

21. DA SUSPENSÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

21.1. Os preços registrados poderão ser suspensos temporariamente ou cancelados pela FECILCAM, nas seguintes hipóteses:

I. Quando se tornarem superiores aos praticados no mercado;

II. Por razões de interesse público, devidamente fundamentado.

21.2. Do cancelamento do preço registrado, nas hipóteses previstas no **subitem 21.1**, será a fornecedora comunicada por escrito, juntando-se o comprovante no processo.

21.2.1. No caso de ser ignorado ou incerto o endereço da fornecedora, a comunicação será feita mediante publicação na Imprensa Oficial do Estado, considerando cancelado o preço registrado a partir da data da publicação.

21.3. Quando os preços registrados se tornarem superiores aos praticados no mercado, antes da suspensão ou cancelamento, a Administração poderá proceder à negociação com a fornecedora visando a revisão para a redução do preço registrado, a fim de compatibilizá-lo com os praticados no mercado, evitando-se assim o cancelamento.

21.4. Caso resulte frustrada a negociação com a fornecedora classificada em primeiro lugar, este será liberado do compromisso assumido com o cancelamento do registro e a FECILCAM convocará as demais fornecedoras visando igual oportunidade de negociação.

22. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO A PEDIDO DA FORNECEDORA

22.1. A fornecedora terá seu registro na Ata de Registro de Preços cancelado a pedido, mediante comprovação da impossibilidade do cumprimento das obrigações assumidas em decorrência de eventos não lhe imputáveis, devidamente justificados e reconhecidos pela FECILCAM.

22.2. O cancelamento do registro a pedido da fornecedora que for devidamente acolhido pela FECILCAM ensejará o aditamento da Ata, que indicará as demais fornecedoras registradas e a nova ordem do registro.



PREGÃO ELETRÔNICO Nº 07/2012 - FECILCAM

22.3. Na ocorrência de cancelamento de registro de preço para o item ou lote, poderá a FECILCAM realizar nova licitação para o registro de preço, sem que caiba direito de recurso.

23. DOS ÓRGÃOS E ENTIDADES NÃO PARTICIPANTES OU INGRESSANTES

23.1. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta à FECILCAM.

23.2. Caberá à empresa beneficiária da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, aceitar ou não o fornecimento solicitado por outro ente da Administração, desde que esse fornecimento não prejudique as obrigações assumidas com a entidade licitante.

23.3. As contratações ou aquisições adicionais a que se refere este subitem não poderão exceder, **a cem por cento** dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços, nos termos do disposto no Art. 7º, § 3º do Decreto Estadual Nº 2391/2008.

24 - DISPOSIÇÕES FINAIS / MICRO E PEQUENA EMPRESA

24.1 - A presente licitação não importa necessariamente em contratação, podendo A FECILCAM, revogá-la, no todo ou em parte, por razões de interesse público derivadas de fato superveniente comprovado, ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação mediante ato escrito e fundamentado, disponibilizado no sistema para conhecimento dos participantes da licitação. A FECILCAM poderá, ainda, prorrogar, a qualquer tempo, os prazos para recebimento das propostas ou para sua abertura.

24.2 - O proponente é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará na imediata desclassificação do proponente que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido o vencedor, na rescisão do contrato ou do pedido de compra, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

24.3 - É facultado ao (à) Pregoeiro (a), ou à autoridade a ele (a) superior, em qualquer fase da licitação, promover diligências com vistas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.

24.4 - Os proponentes intimados para prestar quaisquer esclarecimentos adicionais deverão fazê-lo no prazo determinado pelo Pregoeiro, sob pena de desclassificação/inabilitação.

24.5 - O desatendimento de exigências formais, não essenciais, não importará no afastamento do proponente, desde que seja possível a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta.

24.6 - As normas que disciplinam este Pregão Eletrônico serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os proponentes, desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação.



PREGÃO ELETRÔNICO Nº 07/2012 - FECILCAM

24.7 - As decisões referentes a este processo licitatório poderão ser comunicadas aos proponentes por qualquer meio de comunicação que comprove o recebimento ou, ainda, mediante publicação no Diário Oficial do Estado do Paraná.

24.8 - Os casos não previstos neste Edital serão decididos pelo Pregoeiro.

24.9 - Até a assinatura do Contrato, poderá o proponente vencedor ser excluído da licitação, sem direito a indenização ou ressarcimento e sem prejuízo de outras sanções cabíveis, se A FECILCAM, tiver conhecimento de qualquer fato ou circunstância superveniente, anterior ou posterior ao julgamento desta licitação, que desabone sua idoneidade ou capacidade financeira, técnica ou administrativa.

24.10 - A participação do (a) proponente nesta licitação implica em aceitação de todos os termos deste Edital.

24.11 - Quaisquer informações, esclarecimentos ou dados fornecidos verbalmente por servidores da FECILCAM, inclusive membros da Comissão Especial do Pregão, não serão considerados nem aceitos como argumentos para impugnações, reclamações, reivindicações, etc., por parte dos proponentes. Qualquer informação ou esclarecimento deverá ser solicitado por escrito através do endereço constante no preâmbulo deste Edital.

24.12 – Nenhuma indenização será devida aos licitantes pela elaboração e/ou apresentação de quaisquer documentos relativos a esta licitação.

24.13 - O foro competente para dirimir quaisquer questões oriundas desta licitação é o da Comarca de Campo Mourão, Estado de Paraná, com renúncia prévia e expressa a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

Campo Mourão, 28 de agosto de 2012

SÉRGIO LUIZ NASCIMENTO
PREGOEIRO OFICIAL
PORTARIA 146/2012 DE 18/06/2012



PREGÃO ELETRÔNICO Nº 07/2012 - FECILCAM

Pregão Eletrônico Nº 07/2012-Processo Nº 16.875/12 – FECILCAM

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

ANEXO I

Lote 1 Registro de preços para serviço de diagramação, revisão da língua portuguesa e de abstract e impressão – Valor Máximo: R\$ 24.840,00

Item	Qtde	Descrição – Características mínimas obrigatórias	R\$ Unitário	R\$ Total
01	300	Revista Nupem Set/2012, dimensões: 26cm x 18cm (fechado); Capa: 26x36cm + Lombada, Papel Supremo 300g, dobrada, vincada, laminada fosco, verniz localizado, hot melt, CTP. Miolo: papel pólen soft 80g, 280 páginas com 1x1 cores e 1 página com 4 cores, costurado, CTP; Correção da língua português em 15 páginas; Correção do abstract em 15 páginas	27,60	8.280,00
02	300	Revista Nupem Set/2012, dimensões: 26cm x 18cm (fechado); Capa: 26x36cm + Lombada, Papel Supremo 300g, dobrada, vincada, laminada fosco, verniz localizado, hot melt, CTP. Miolo: papel pólen soft 80g, 280 páginas com 1x1 cores e 1 página com 4 cores, costurado, CTP; Correção da língua português em 15 páginas; Correção do abstract em 15 páginas	27,60	8.280,00
03	300	Revista Nupem Set/2012, dimensões: 26cm x 18cm (fechado); Capa: 26x36cm + Lombada, Papel Supremo 300g, dobrada, vincada, laminada fosco, verniz localizado, hot melt, CTP. Miolo: papel pólen soft 80g, 280 páginas com 1x1 cores e 1 página com 4 cores, costurado, CTP; Correção da língua português em 15 páginas; Correção do abstract em 15 páginas	27,60	8.280,00

Lote 2: Confecção e impressão de livros e caixas – Valor Máximo: R\$ 13.002,00 (aquisição imediata)

Item	Qtde	Descrição – Características mínimas obrigatórias	R\$ Unitário	R\$ Total
01	300	Livros: 200 pgs. Formato 24x18 com verniz sobre impressão; capa: 18x49.7cm, 4x1 cores em couhe fosco 180g., capa dura acoplada costurada CTP incluso. Capa: com verniz localizado e com laminação fosca = 1 lado;	38,34	11.502,00



PREGÃO ELETRÔNICO Nº 07/2012 - FECILCAM

		<p>Miolo: 100 págs, 24x18cm, 4 cores em couche fosco 180g. CTP incluso;</p> <p>Miolo: 100 págs, 24x18cm, 1 cor em Couche Fosco 180g. CTP incluso;</p> <p>Miolo: verniz sobre impressão em todas as páginas Total=2 lados;</p> <p>Lombada: 17mm, dobrado, com verniz localizado e com laminação fosca BOPP= 1 lado</p>		
02	300	<p>Caixas 55x45cm; 4x0 cores em triplex 300g. CTP incluso</p> <p>Plastificado= 1 lado corte faca especial</p>	5,00	1.500,00



PREGÃO ELETRÔNICO Nº 07/2012 - FECILCAM

Pregão Eletrônico Nº 07/2012-Processo Nº 16.875/12 – FECILCAM
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS
ANEXO II

RELAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

**Condições Especiais para Micro e Empresa de Pequeno Porte
com base na lei Complementar 123/06**

1 - A documentação relativa à habilitação jurídica, fiscal, econômico-financeira e técnica, deverá conter:

1.1 - Para comprovação da habilitação jurídica:

- a)** ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e acompanhado, no caso de sociedades por ações, dos documentos de eleição de seus atuais administradores.
- b)** inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhadas de prova da diretoria em exercício.
- c)** decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país.
- d)** declaração do proponente de que não pesa contra si, declaração de inidoneidade que tenha sido expedida por órgão da Administração Pública de qualquer esfera de Governo, de acordo com o modelo constante no Anexo III.
- e)** **Para o Benefício da lei Complementar 123/06, é necessário a apresentação de Declaração de que é microempresa ou empresa de pequeno porte, e que atende as condições do item 10.2.1.2 e 10.2.1.3 deste edital.**
- f)** Declaração de que cumpre as normas ambientais, na forma do Decreto Estadual n.º 6.252/06;
- g)** Declaração de cumprimento ao disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal (proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores), nos termos da Lei nº 9.854, de 27/10/99, anexo IV.

1.2- Para comprovação da regularidade fiscal:

- a)** Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ).



PREGÃO ELETRÔNICO Nº 07/2012 - FECILCAM

b) Satisfazer os requisitos relativos à fase inicial de habilitação preliminar (Art. 28, da Lei 15.608/07) que se processará junto ao CLE/SEAP, e ou SICAF, Estar registrado no CLE/SEAP e/ou SICAF para, linha de fornecimento compatível com o objeto licitado - apresentar o próprio Certificado dentro do prazo de validade.

c) Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, mediante apresentação de Certidão de Quitação de Tributos e Contribuições Federais, expedido pela Secretaria da Receita Federal, do domicílio ou sede do proponente, ou outra equivalente, na forma da lei.

d) Prova de regularidade com a Fazenda Estadual:

d.1) As empresas com domicílio e sede no Estado do Paraná **deverão** apresentar Certidão Negativa de Débito de Tributos Estaduais, expedida pela Secretaria do Estado da Fazenda do Paraná. A Certidão poderá ser obtida através do site www.fazenda.pr.gov.br/.

d.2) As empresas com domicílio ou sede em outros estados **deverão** apresentar Certidão Negativa de Débito de Tributos Estaduais, expedida pela Secretaria do Estado da Fazenda de seu domicílio ou sede;

d.2.a) As empresas com domicílio e sede em outros Estados deverão apresentar também Certidão Negativa de Débito de Tributos Estaduais, expedida pela Secretaria do Estado da Fazenda do Paraná. A Certidão poderá ser obtida através do site www.fazenda.pr.gov.br/;

e) prova de regularidade para com a Fazenda Municipal, mediante apresentação de Certidão de Regularidade Fiscal, expedida pela Secretaria Municipal da Fazenda, do domicílio ou sede do proponente, ou outra equivalente, na forma da lei.

f) prova de regularidade relativa à Seguridade Social (INSS), e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei, sendo que estas poderão estar atestadas pelos órgãos expedidores.

g) Prova de negativa de débitos trabalhistas;

h) Para o Benefício da lei Complementar 123/06, é necessário a apresentação de uma Declaração. A Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte deverá ser absolutamente explícita quanto ao cumprimento das condições de habilitação, pois para obter o benefício da lei o licitante deverá ater-se quanto a declarações falsas. Quando a Micro, ou a Empresa de Pequeno Porte estiver com alguma restrição, deverá constar em sua declaração, quais as restrições existentes, sob pena de falsidade ideológica.

1.3 - Para a comprovação da qualificação econômico-financeira:



PREGÃO ELETRÔNICO Nº 07/2012 - FECILCAM

a) Certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo distribuidor da sede do proponente, com validade de, no mínimo, 60 (sessenta) dias, contados a partir de sua emissão, exceto se houver previsão de prazo diferente na própria certidão.

1.4 - Para comprovação da qualificação técnica:

a) Declaração de que recebeu e/ou obteve acesso a todos os documentos e tomou conhecimento de todas as informações e condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da presente licitação, anexo VI.

2) Os documentos exigidos neste Anexo bem como aqueles que, porventura estiverem vencidos no CLE/SEAP e ou SICAF, deverão ser encaminhados até 48 horas após o encerramento da disputa do Pregão, original ou cópia autenticada ao pregoeiro do certame, via Sedex, no endereço da FECILCAM.

3) DISPOSIÇÕES GERAIS

3.1) Os documentos necessários à habilitação do proponente poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da Administração mediante conferência da cópia com o original ou publicação em órgão da imprensa oficial.

3.2) Se o licitante desatender às exigências habilitatória, o Pregoeiro examinará a oferta subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à habilitação do proponente, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital, sendo o respectivo licitante declarado vencedor e a ele adjudicado o objeto do certame.

3.3) A documentação de que trata este Anexo deverá estar dentro do prazo de validade na data prevista no preâmbulo deste Edital, e em nenhum caso será concedido prazo para apresentação de documentos de habilitação que não tiverem sido entregues na data prevista, bem como não será permitida documentação incompleta, protocolo ou quaisquer outras formas de comprovação que não sejam as exigidas neste edital. **Não serão aceitas certidões que contenham ressalvas de que “não são válidas para fins licitatório”.**

3.4) A falsa declaração do proponente, de qual dado solicitado implicará na sua desclassificação no procedimento administrativo competente, além das implicações da legislação penal.

3.5) Após a análise da documentação, os Membros da Equipe de Apoio e o Pregoeiro rubricarão todas as folhas e demais documentos que integram o dossiê apresentado.

3.6) Os casos não previstos neste Edital serão decididos pelo Pregoeiro.

3.7) A participação do licitante nesta licitação implica em aceitação de todos os termos deste edital.



PREGÃO ELETRÔNICO Nº 07/2012 - FECILCAM

**Pregão Eletrônico Nº 07/2012-Processo Nº 16.875/12 – FECILCAM
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS**

ANEXO III

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE
(documento obrigatório)**

PROPONENTE:.....

ENDEREÇO.....

CNPJ:.....FONE/FAX:(0xx.....)

Declaramos para os fins de direito, na qualidade de proponente do procedimento licitatório, sob a modalidade de PREGÃO ELETRÔNICO n.º 07/12, Processo n.º 16.875/12, Instaurado pela FECILCAM, que não fomos declarados inidôneos para licitar ou contratar com o Poder Público, em qualquer de suas esferas.

Por ser a expressão da verdade, firmamos a presente.

.....,.....de.....de 2012.

Nome:
RG/CPF
Cargo



PREGÃO ELETRÔNICO Nº 07/2012 - FECILCAM

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 07/2012-PROCESSO Nº 16.875/2012 – FECILCAM
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS**

ANEXO IV

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE OBSERVÂNCIA AO DISPOSTO NO INCISO XXXIII DO
ARTIGO 7º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL
(documento obrigatório)**

PROPONENTE:.....

ENDEREÇO.....

CNPJ:.....FONE/FAX:(0xx.....)

As proponentes abaixo assinadas, participantes da licitação modalidade de PREGÃO ELETRÔNICO n.º 07/12, Processo n.º 16.875/12 Declara, na forma e sob as penas impostas pela Lei Estadual n.º 15.608/07, e demais legislação pertinente, que, nos termos do § 6º do artigo 27 da Lei nº 6.544, de 22 de novembro de 1989, encontra-se em situação regular perante o Ministério do Trabalho, no que se refere à observância do disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal.

Por ser a expressão da verdade, firmamos a presente.

.....de.....de 2012.

Nome:

RG/CPF

Cargo:



PREGÃO ELETRÔNICO Nº 07/2012 - FECILCAM

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 07/2012-PROCESSO Nº 16.875/2012 – FECILCAM
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

ANEXO V

MODELO DE DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO
(documento obrigatório)

PROPONENTE:.....

ENDEREÇO.....

CNPJ:.....FONE/FAX:(0xx.....)

O representante legal da Empresa....., na qualidade de Proponente do procedimento licitatório sob a modalidade de PREGÃO ELETRÔNICO n.º 07/12, Processo nº 16.875/12, Instaurado pela FECILCAM, declara para os fins de direitos que a referida empresa cumpre plenamente os requisitos de habilitação exigidos no respectivo edital de licitação.

Por ser a expressão da verdade, firmamos a presente.

.....de.....de 2012.

 Nome:
 RG/CPF
 Cargo:



PREGÃO ELETRÔNICO Nº 07/2012 - FECILCAM

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 07/2012-PROCESSO Nº 16.875/2012 – FECILCAM
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS**

ANEXO VI

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE RECEBIMENTO E/OU ACESSO À DOCUMENTAÇÃO
(documento obrigatório)**

PROPONENTE:.....

ENDEREÇO.....

CNPJ:.....FONE/FAX:(0xx.....)

Declaramos para os fins de direito, na qualidade de proponente do procedimento licitatório, sob a modalidade PREGÃO ELETRÔNICO nº 07/12, Processo n.º 16.875/12 instaurado pela FECILCAM, que recebemos os documentos e tomamos conhecimento de todas as informações e condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

Por ser a expressão da verdade, firmamos a presente.

.....,.....de.....de 2012.

Nome:
RG/CPF
Cargo:



PREGÃO ELETRÔNICO Nº 07/2012 - FECILCAM

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 07/2012-PROCESSO Nº 16.875/2012 – FECILCAM

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

ANEXO VII

PROPOSTA COMERCIAL - MODELO

Razão Social: _____

Endereço: _____

Fone/Fax: _____

C.N.P.J: _____

E-mail: _____

LOTE Nº.....

ITEM	QTDE	Descrição detalhada do produto	\$ UNITÁRIO	\$ TOTAL

01) A empresa proponente deverá descrever a característica dos materiais, sob pena de desclassificação.

02) Local de entrega: Seção de Patrimônio e Almoxarifado da FECILCAM

3) Prazo de entrega: 15 dias a partir do recebimento da nota de empenho

Concordamos com todas as condições do Edital.

....., de..... de 2012.

 Nome:
 RG/CPF:
 Cargo:



PREGÃO ELETRÔNICO Nº 07/2012 - FECILCAM

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 07/2012-PROCESSO Nº 16.875/2012 – FECILCAM
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS**

ANEXO VIII

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE QUALIDADE AMBIENTAL
E SUSTENTABILIDADE SÓCIO-AMBIENTAL
(documento obrigatório)**

PROPONENTE:.....

ENDEREÇO:.....

CNPJ:.....FONE/FAX: (0xx.....)

Declaramos, sob as penas da lei, na qualidade de proponente do procedimento licitatório, sob a modalidade Pregão Eletrônico n.º 07/12, instaurado através do Processo Nº 16.875/12, instaurado pela Faculdade Estadual de Ciências e Letras de Campo Mourão - FECILCAM, de que atendemos aos critérios de qualidade ambiental e sustentabilidade sócio-ambiental, respeitando as normas de proteção do meio ambiente, conforme estabelece o Decreto Estadual n.º 6.252/06, de 22 de março de 2006.

Por ser a expressão da verdade, firmamos a presente.

Campo Mourão,de.....de 2012.

Assinatura do Responsável

Proponente

Nome do Responsável:

RG/CPF:

Cargo:



PREGÃO ELETRÔNICO Nº 07/2012 - FECILCAM

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 07/2012-PROCESSO Nº 16.875/2012 – FECILCAM
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS**

ANEXO IX

TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO

Local e data,

A FECILCAM, ressalvado o disposto no item 12.2 do Edital, formaliza os recebimentos definitivos dos produtos, certificando que até a presente data os mesmos atendem às exigências contidas no PREGÃO ELETRÔNICO nº 07/12, e que se encontram em perfeitas condições para as funções exigidas.

RESPONSÁVEIS TÉCNICOS PELA AVALIAÇÃO



PREGÃO ELETRÔNICO Nº 07/2012 - FECILCAM

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 07/2012-PROCESSO Nº 16.875/2012 – FECILCAM

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

ANEXO X

MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Aos dias do mês de do ano de dois mil e doze (___/___/2012), a Faculdade Estadual de Ciências e Letras de Campo Mourão (FECILCAM), localizada à Avenida Comendador Norberto Marcondes, 733, centro – Campo Mourão (PR), neste ato representada pelo Senhor Éder Rogério Stela, nos termos da Lei Federal nº 8.666/1993 e suas alterações, Lei Federal nº 10.520/2002, Lei Estadual nº 15.608/2007 e Decreto Estadual nº 2391/2008, e demais normas legais aplicáveis, bem como em conformidade com o resultado da licitação, na modalidade Pregão Eletrônico Nº 07/2012 – Sistema de Registro de Preços – Processo Nº 16.875/12, homologado em ___/___/___, RESOLVE registrar os preços para futuras aquisições junto às empresas qualificadas ao final desta Ata de Registro de Preços:

item	Qtde estimada	Descrição do objeto	Preço unit. registrado	classificação
01				1° 2° 3°

CLÁUSULA PRIMEIRA: DA VALIDADE DOS PREÇOS

A Ata de Registro de Preços terá vigência pelo prazo de 12 (doze) meses, a contar da sua publicação no Diário Oficial do Estado do Paraná, ou enquanto os preços continuarem sendo mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dentro do prazo de vigência.

Parágrafo Primeiro:

Durante o prazo de vigência desta Ata, os preços registrados somente poderão sofrer alteração nas situações previstas nos Arts. 15 e 20 do Decreto n.º 2.391/2008 e desde que devidamente comprovadas nos moldes previsto na legislação citada.

Parágrafo Segundo:

Mesmo comprovada a ocorrência de fato superveniente e/ou as hipóteses previstas, a FECILCAM, se julgar conveniente, poderá optar por cancelar a Ata de Registro de Preços e iniciar outro processo licitatório.

Parágrafo Terceiro:

Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, a FECILCAM não será obrigada a firmar as contratações que delas poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado a beneficiária do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições

CLÁUSULA SEGUNDA: DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

A presente Ata de Registro de Preços poderá ser utilizada, durante o prazo de sua vigência, por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública que não tenha participado da Licitação, mediante prévia consulta à FECILCAM



PREGÃO ELETRÔNICO Nº 07/2012 - FECILCAM

Parágrafo Primeiro:

Durante o prazo de vigência desta Ata, os preços registrados somente poderão sofrer alteração nas situações previstas nos Arts. 15 e 20 do Decreto n.º 2.391/2008 e desde que devidamente comprovadas nos moldes previsto na legislação citada.

Parágrafo Segundo:

Mesmo comprovada a ocorrência de fato superveniente e/ou as hipóteses previstas, a FECILCAM, se julgar conveniente, poderá optar por cancelar a Ata de Registro de Preços e iniciar outro processo licitatório.

Parágrafo Terceiro:

Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, a FECILCAM não será obrigada a firmar as contratações que delas poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado a beneficiária do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA: DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

A presente Ata de Registro de Preços poderá ser utilizada, durante o prazo de sua vigência, por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública que não tenha participado da Licitação, mediante prévia consulta à FECILCAM.

Parágrafo Primeiro:

Os órgãos e entidades da Administração Pública que não participaram da Licitação, quando desejarem fazer uso desta Ata de Registro de Preços, comprovarão a vantagem da contratação mediante Sistema de Registro de Preços e manifestarão seu interesse junto à FECILCAM, para que esta indique as possíveis fornecedoras e os respectivos preços a serem praticados, obedecida a ordem de classificação.

CLÁUSULA TERCEIRA: DO LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

O prazo de execução, local e prazo de entrega serão conforme o(s) item(ns) 10.1.2 e 15.5 do Edital da Licitação que deu origem a esta Ata.

CLÁUSULA QUARTA: DO PAGAMENTO

O pagamento do valor do objeto do contrato será efetuado em conta corrente indicada pela fornecedora em 10 (dez) dias úteis, mediante a apresentação da Nota Fiscal para a FECILCAM, aprovada e atestada pela recebedora do bem ou do serviço.

CLÁUSULA QUINTA: DAS PENALIDADES

O atraso injustificado na entrega do produto ou a entrega em desacordo com às especificações do Edital sujeitará a fornecedora à multa diária de 0,25% (vinte e cinco centésimos percentuais) sobre o valor da nota de empenho, até o 10º (décimo) dia.

Parágrafo Primeiro:

Decorridos 10 (dez) dias de atraso na entrega ou na substituição do produto em desconformidade ou caso ocorram atrasos reiterados ou ainda pelo descumprimento de outras condições do Edital, a fornecedora será considerada inadimplente.

Parágrafo Segundo:

Caso a empresa incorra em atraso na entrega ou substituição de alguma quantidade, mesmo decorrido os 10 (dez) dias mencionados no parágrafo acima, continuará sendo



PREGÃO ELETRÔNICO Nº 07/2012 - FECILCAM

computada a multa diária moratória de 0,25% (vinte e cinco centésimos percentuais) referente ao produto em atraso, até que não reste pendência de entrega ou substituição do mesmo.

Parágrafo Terceiro:

Por atraso parcial compreende-se a não entrega, no prazo regular de toda(s) a(s) quantidade(s) solicitada(s) do(s) produto(s).

Parágrafo Quarto:

A inadimplência sujeitará a fornecedora às seguintes sanções administrativas, aplicáveis na forma da Lei, após a instauração de processo administrativo:

- a) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato ou empenho;
- b) suspensão do direito de licitar, pelo prazo que a Universidade fixar, segundo a graduação que for estipulada em função da natureza da falta;
- c) “declaração de Inidoneidade”, com a conseqüente exclusão do quadro de fornecedores, pelo prazo de até 5 (cinco) anos;

Parágrafo Quinto:

As sanções decorrentes do processo administrativo serão publicadas no Diário Oficial do Estado.

Parágrafo Sexto:

A aplicação das sanções previstas no parágrafo quarto não exclui a responsabilização da FORNECEDORA inadimplente por eventuais perdas ou danos causados à FECILCAM.

CLÁUSULA SEXTA: DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Integram esta Ata de Registro de Preços: o Edital, seus Anexos e as propostas das empresas classificadas na presente Ata.

Os casos omissos na Ata de Registro de Preços serão regulados pelas disposições contidas no Edital que a compõe, pela Lei Estadual nº 15.608/2007, Decreto Estadual nº 2.391/07, subsidiariamente pela Lei 8.666/93, Decreto Federal 3.931/01 e demais legislações aplicáveis.

Campo Mourão, de de 2012.

Éder Rogério Stela
Pró-Diretor de Gestão

Empresa:
Nome: